

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 832.233 - AC (2016/0001331-3)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
AGRAVANTE : CARLOS CESAR NUNES DE ARAUJO
AGRAVANTE : JONAS VIEIRA PRADO
AGRAVANTE : MARIA CONCEIÇÃO DA SILVA ARAÚJO
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE

DECISÃO

Cuida-se de agravo interposto por CARLOS CESAR NUNES DE ARAUJO, JONAS VIEIRA PRADO e MARIA CONCEIÇÃO DA SILVA ARAÚJO contra decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Acre que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional.

A controvérsia foi adequadamente relatada no parecer ministerial às e-STJ fls. 3.303/3.304, *in verbis*:

Trata-se de agravo interposto por Carlos César Nunes de Araújo, Jonas Vieira Prado e Maria Conceição (ou Maria da Conceição) da Silva Araújo contra decisão proferida pelo Desembargador Vice-Presidente em exercício do Tribunal de Justiça do Estado do Acre - TJ/AC que inadmitiu recurso especial fundamentado na alínea 'a' do permissivo constitucional.

Em 10 de novembro de 2011, o Juízo de Direito da Vara Única - Criminal da Comarca de Acrelândia/AC, em atenção à decisão do Júri, condenou (f. 2580/2587) Carlos César Nunes de Araújo e Jonas Vieira Prado

pela prática do crime de homicídio qualificado (CP, artigo 121, § 2º, incisos I, IV e V) à pena de 16 (dezesesseis) anos e 6 (seis) meses de reclusão, em regime inicial fechado, absolvendo Maria Conceição (ou Maria da Conceição) da Silva Araújo, com fulcro no artigo 386 do Código de Processo Penal.

Acusação e defesa apelaram, e a Câmara Criminal do TJ/AC, por maioria, negou provimento ao recurso defensivo e deu provimento

ao ministerial (f. 2904/2905), "anulando o júri que absolveu Maria da Conceição da Silva Araújo, para submetê-la a novo julgamento", bem como "exasperando a pena dos apelados Carlos César Nunes de Araújo e Jonas Vieira Prado", nos termos do voto da Relatora, "para aplicar a agravante descrita no inciso I do artigo 62, do Código Penal, restando a pena dos apelantes fixadas em 18 (dezoito) anos de reclusão" (f. 2922).

Embargos infringentes e de nulidade rejeitados (f. 3064/3065).

Sobreveio recurso especial (f. 3089/3108), com fundamento na alínea 'a' do permissivo constitucional, no qual a defesa alegou contrariedade aos artigos 427¹ e 571 do Código de Processo Penal² e

ao artigo 62, inciso I, do Código Penal³. Sustentou que "o fato gerador da parcialidade dos jurados surgiu durante os dias de julgamento, de forma que restou aos embargantes suscitar a nulidade absoluta em sede de Apelação requerendo nova submissão a julgamento, possibilitando a eles o pedido de desaforamento resguardado por lei" (f. 3096). Ainda, a não incidência da agravante, na medida em que não foi alegada nos debates e é inerente ao homicídio mercenário. Por fim, a intangibilidade da decisão dos jurados quando a Maria Conceição (ou Maria da Conceição) da Silva Araújo, porque contradição nas respostas dadas não é fundamento para aniquilar a decisão absolutória. Ao final, requereu a nulidade do julgamento de Carlos César Nunes de Araújo e Jonas Vieira Prado e, subsidiariamente, o afastamento da incidência da agravante, além da manutenção da decisão do Júri que absolveu Maria Conceição (ou Maria da Conceição) da Silva Araújo.

Contrarrazões (f. 3112/3122).

O especial foi inadmitido na origem (f. 3125/3126), sob o entendimento de que a questão demanda o reexame de provas (Súmula 7/STJ).

Sobreveio agravo (f. 3130/3146), no qual os agravantes afirmaram que não se trata de reexame de provas.

Sem contrarrazões.

O especial não foi conhecido pelo então Ministro Presidente desse Superior Tribunal de Justiça - STJ (f. 3234/3235), porquanto intempestivo.

Embargos de declaração defensivos (f. 3240/3242) acolhidos pela Ministra Presidente desse STJ (f. 3283/3284), que conferiu efeitos infringentes para tornar sem efeito a decisão embargada e determinou a distribuição dos autos.

Após distribuição (f. 3297), remessa dos autos ao Ministério Público Federal.

No que interessa, é o relatório.

Opinou, então, pelo "conhecimento e desprovimento do agravo para sequer conhecer do recurso especial" (e-STJ fl. 3.306).

Decido.

Inicialmente, acerca da alegada nulidade do julgamento pelo Conselho de Sentença, em virtude de suposta parcialidade dos jurados, consta do acórdão de apelação (e-STJ fls. 2.908 e 2.925):

Não merece prosperar a alegação de imparcialidade do júri diante de meras suposições, decorrentes do clima de excitação reinante antes do julgamento, pela ocorrência manifestação popular a favor ou contra o réu.

Inicialmente, deve-se ressaltar que, nos processos de competência do Júri, o momento oportuno para arguição de nulidades ocorridas durante o julgamento é a própria sessão de julgamento, devendo a parte fazer constar na ata seu inconformismo, sob pena de preclusão, do artigo 571, incisos VIII, do Código de Processo Penal.

Ademais o artigo 427, do CPP, oportuniza as partes a pedir o desaforamento do Júri quando houver dúvidas sobre a imparcialidade do Júri em caso de clamor público local, postura essa não adotada pela defesa.

Nesse mesmo sentido, é permitida as partes a recusa de jurados, inclusive, de forma desmotivada, como recurso para manter a imparcialidade do Conselho de Sentença, artifício este devidamente utilizado pela defesa durante a sessão de julgamento.

[...]

*A Ilustre Defesa não requereu o desaforamento do Júri, conforme prevê o art. 427, do CPP, e tampouco apresentou qualquer impugnação durante a sessão de julgamento, tornando-se, assim, preclusa, a questão, de acordo com o art. 571, VIII, do CPP. **Anote-se que, consoante a ata da sessão do júri (fls. 2.420/2.444), a defesa formulou apenas alguns pedidos de dispensa de jurados os quais foram deferidos pela Juíza Presidente, o que leva a entender que aceitou a composição do Conselho de Sentença** (grifei).*

E, ainda, do acórdão dos embargos infringentes (e-STJ fl. 3.073):

Por sua vez, os Embargantes Carlos César Nunes de Araújo e Jonas Vieira Prado, de início, suscitam a nulidade do julgamento à falta de imparcialidade dos integrantes do conselho de sentença, aludindo à possibilidade de arguição da matéria a qualquer momento e grau de jurisdição de vez que, segundo afirmam, trata-se de matéria de ordem pública não sujeita à convalidação.

*Todavia, a respeito não dessumo da Ata de Julgamento (pp. 2.589 a 2.612) qualquer registro da defesa quanto à imparcialidade dos jurados atribuída a suposto clima de excitação antecedendo ao julgamento fundada em manifestação popular a favor ou em desfavor do Réu, **atendo-se a formular somente alguns pedidos de dispensa de jurados, inclusive deferidos pela d. Juíza Presidente. Ademais, ressei da respectiva Ata, a oposição da própria defesa quanto ao pedido da acusação (Ministério Público) de adiamento da sessão do júri, aduzindo que caso deferido o pleito ministerial "...Nós requeremos a imediata soltura dos nosso (sic) clientes"** (p. 2.591).*

De outra parte, a nulidade de sessão de julgamento, sob alegação de imparcialidade dos jurados, somente pode ser objeto de análise no caso de suspeita da parcialidade dos jurados, não bastando meras suposições desprovidas de qualquer com- provação idônea e eficaz de que o fato alegado possa influenciar na decisão do Conselho de Sentença (grifei).

Verifico do exame do excerto em tela, que o fundamento em destaque, suficiente à manutenção do acórdão recorrido, não foi impugnado, de forma específica, nas razões recursais, sendo forçoso o reconhecimento do óbice da Súmula n. 283/STF ao caso.

Nesse sentido:

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO ART. 370, § 1º, DO CPP. (I) - ACÓRDÃO ASSENTADO EM MAIS DE UM FUNDAMENTO SUFICIENTE. RECURSO QUE NÃO ABRANGE TODOS ELES. SÚMULA 283/STF. (II) - AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE PREJUÍZO. PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Verificando-se que o v. acórdão recorrido assentou seu entendimento em mais de um fundamento suficiente para manter o julgado, enquanto o recurso especial não abrangeu todos eles, aplica-se, na espécie, o enunciado 283 da Súmula do STF.

2. Segundo a legislação processual penal em vigor, é imprescindível quando se trata de nulidade de ato processual a demonstração do prejuízo sofrido, em consonância com o princípio pas de nullité sans grief, o que não ocorreu na espécie.

3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp 1597699/SC, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 01/09/2016, DJe 12/09/2016)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROGRESSÃO DE REGIME. NULIDADE DA DECISÃO DO JUÍZO DAS EXECUÇÕES. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO ATACADO. SÚMULA N. 283 DO STJ. NOVO EXAME DO APENADO POR MÉDICO PARTICULAR. SÚMULA N. 7 DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A falta de impugnação a fundamento do acórdão recorrido, suficiente para a manutenção do decisum, justifica a aplicação da Súmula n. 283 do STJ.

2. Para afastar a conclusão motivada do acórdão estadual - desnecessidade de realização de novo exame criminológico por médico particular para fins de progressão de regime, porquanto o apenado não registra intercorrência em seu histórico carcerário e os "exames psicossociais realizados intramuros" são favoráveis a ele -, seria necessário o reexame de elementos fáticos e probatórios dos autos, providência inadmissível na via do recurso especial. Súmula n. 7 do STJ.

3. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 903.700/MT, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA,

julgado em 02/08/2016, DJe 16/08/2016)

Ademais, ainda que se ultrapassasse tal óbice sumular, constata-se que a Corte originária, com base nos elementos fáticos-probatórios dos autos, entendeu que não houve parcialidade no julgamento pelo júri e que, modificar o referido entendimento, implicaria a revisão dos elementos fáticos-probatórios dos autos (Súmula n. 7/STJ).

Ainda, alega a defesa a impossibilidade de incidência da agravante do art. 62, I, do Código Penal à pena dos recorrentes CARLOS CESAR NUNES DE ARAUJO e JONAS VIEIRA PRADO pelos seguintes motivos:

a) *"não restam dúvidas quanto à inexistência de sustentação, durante os debates, pelo Ministério Público, da incidência da agravante específica do art. 62, I, do CP, de forma que surge barreira legal intransponível ao juiz presidente da sessão."* (e-STJ fl. 3.100)

b) *"Apesar de a juíza que presidiu a sessão ter se equivocado ao reconhecer, como demonstrado acima, a circunstância agravante quando da dosimetria da pena (equivoco este perpetuado por esta respeitável Câmara Criminal, que no Acórdão vergastado deu provimento ao apelo ministerial para exasperar a pena dos condenados), acertou ela no ponto em que decidiu pela sua não incidência diante da violação da cláusula constitucional e princípio penal ne bis in idem."*

[...]

Ora, Excelências, a agravante específica que serviu para exasperar a pena dos recorrentes é inerente ao tipo qualificado do art. 121, § 2º, I, do CP (homicídio mercenário)." (e-STJ fls. 3.100/3.101)

c) *"Por fim, é de se ressaltar que o Código Penal, no artigo 62, traz as agravantes no concurso de pessoas. Se estamos tratando de homicídio mercenário, ou seja, aquele cometido mediante paga/promessa de recompensa, seria lógico pensar que o modus operandi desse delito envolve uma única pessoa? Ou pelo menos duas, a que paga e a que recebe (ainda que uma promessa de pagamento) não estariam envolvidas fazendo surgir, assim, o concurso de agentes? A resposta é mais que óbvia, Excelências: há inequívoco concurso de agentes, algo que o CP busca, também, no art. 62, punir de modo diferenciado. Mas, esta punição mais grave já está prevista no art. 121, § 2º, inciso I, do CP, de forma que reconhecer, ainda, a agravante, significa punir, duas vezes, os réus."* (e-STJ fl. 3.102)

No ponto, o Tribunal *a quo* assentou, no julgamento do recurso de apelação, que *"a qualificadora que para tal finalidade foi a inserta no artigo 121, § 2º, I, do Código Penal (mediante paga), que em nada interfere na agravante reconhecida pela*

Magistrada (agente que promove, organiza a cooperação do crime ou dirige a atividade dos demais agentes). Além disso, existem elementos probatórios nos autos a apontar os oras acusados como mandantes do crime, de modo que a pena aplicada aos Apelados Carlos Nunes de Araújo e Jonas Vieira Prado merece ser agravada" (e-STJ fls. 2.933/2.934).

Acrescentou, ainda, na análise dos embargos infringentes que (e-STJ fls. 3.078/3.079):

"Para efeito de reconhecimento da agravante em questão, reputo suficiente tenha ela constado da denúncia, portanto, não tendo sido fator de surpresa para a defesa, pois em relação à acusação integral deveriam ter sido elaboradas as estratégias defensivas, ao invés de suscitada, neste momento, a invalidade da agravante pela simples razão de não ter sido referida na ata de julgamento. Tanto é assim que a Juíza Sentenciante, por ocasião da dosimetria da pena, conheceu da agravante do art. 62, inc. I, do Código Penal, porém, deixou de aplicá-la por vislumbrar um bis in idem.

Também não é crível que a agravante em tela não tenha sido referida na sessão de julgamento, porquanto consta da Ata da respectiva sessão do Tribunal do Júri (fl. 2.594) que a MMª Juíza, Maria Rosinete dos Reis Silva, procedeu à leitura da denúncia, naquela ocasião, onde, indiscutivelmente, fazia parte do enquadramento legal da conduta delitiva a agravante do art. 62, inc. I, do CP. Assim, não há que se falar que aludida agravante não foi mencionada no dia do julgamento, a causar surpresa à defesa sua consideração pela Sentenciante.

Ora, se já constava da Ata que a Juíza fizera a leitura da denúncia na Sessão do Júri, não procede a alegação de que a defesa tomou conhecimento da agravante somente na sentença e de inopino. A ser assim, a exaustiva alusão da agravante objurgada na Ata de julgamento é absolutamente despicienda, como o é a referência sobre qualquer especificidade da capitulação ou debates orais, já que a Ata não passa de sucinto registro de fatos ou ocorrências verificadas e resoluções tomadas pelo corpo deliberativo.

Avulta registrar, a propósito, que a denúncia originalmente fora recebida por este Tribunal (Acórdão de fls. 926/931) por força do foro por prerrogativa de função de um dos denunciados (Prefeito), na exata capitulação enunciada pelo dominus litis. As defesas apresentadas no feito, inclusive, fazem menção à agravante do art. 62, inc. I, do CP. Logo, causa estranheza a tardia alegação de surpresa.

Além disso, o disposto no art. 492, I, alínea "b", do Código de Processo Penal autoriza o juiz-presidente a considerar agravantes e atenuantes alegadas pelas partes durante os debates. Contudo, a regra geral contida no art. 385 do mesmo Código, por sua vez, preceitua que nos crimes de ação pública, o juiz poderá proferir sentença condenatória, ainda que o Ministério Público tenha

opinado pela absolvição, bem como reconhecer agravantes, embora nenhuma tenha sido aduzida. Logo, uma interpretação sistemática dos dispositivos citados leva à conclusão de que a regra do art. 492, I, "b" é para a hipótese de a agravante não ter sido prevista na denúncia e apenas surgida nos debates em sessão de julgamento, quando o Juiz, a despeito da inovação, estaria autorizado a reconhecê-la na sentença, já que devidamente debatida pelas partes, pelo menos, na ocasião de julgamento.

Na hipótese fática, porém, a agravante do art. 62, I, do CP, vem sendo debatida pelas partes durante todo o transcorrer do processo, tendo constado da decisão de fls. 2233/2235 (fase do art. 423 do CPP) o enquadramento legal da conduta ilícita imputada aos réus pelo Parquet, qual seja, art. 121, § 2º, inc. I, IV e V, na forma do art. 29, c/c art. 62, I e IV, todos do Código Penal, e art. 1º, inc. I, da Lei nº 8.072/90.

Ora, segundo o princípio da congruência, o acusado defende-se dos fatos descritos na denúncia e não da capitulação jurídica, fazendo-se necessária apenas a correlação entre o fato descrito na peça acusatória e o fato pelo qual o réu foi condenado, sendo irrelevante a menção expressa nos debates de uma agravante já trazida na denúncia.

Em sendo plenamente possível à autoridade judiciária, ao prolatar sentença condenatória, aplicar agravante devidamente descrita na denúncia, embora não expressamente requerida pelo órgão ministerial, com muito mais razão no caso dos autos em que a agravante teve sua incidência expressamente postulada na peça acusatória.[...]." – e-STJ fls. 3.078/3.080, grifei.

Novamente verifico que os fundamentos destacados e garantidores do acórdão recorrido, no tópico, não foram especificamente atacados no apelo extremo, aplicando-se aqui, também, a Súmula n. 283/STF, o que impossibilita a análise da insurgência.

Outrossim, nesse item, tendo o Tribunal de origem afirmado expressamente que a agravante referenciada consta da ata que resumiu os debates em Plenário, a análise de tal asserção atrai o óbice da Súmula n. 7/STJ.

Por fim, examino a argumentação de que a absolvição da recorrente MARIA CONCEIÇÃO DA SILVA ARAÚJO deve ser restabelecida.

O Tribunal de origem determinou a submissão da recorrente a novo júri com esteio nos seguintes fundamentos, *in verbis* (e-STJ fls. 2.916, 2.931/2.932, 3.071/3.073):

No presente caso, a acusada foi absolvida, muito embora o júri tenha

reconhecido a materialidade e a autoria, ou seja, sua participação no delito.

Isso se deu da seguinte forma: o primeiro quesito arguiu se a vítima sofreu as lesões descritas no laudo de exame de corpo de delito, sendo que entendeu o Conselho que sim, reconhecendo-se a materialidade do crime.

O terceiro quesito questionou se a acusada concorreu para a prática do crime, na medida em que combinou com os demais acusados como se daria a morte da vítima, obtendo, por maioria de 4 a 2, a resposta afirmativa.

Todavia, no quarto quesito foi perguntado se os jurados absolvem o réu, sendo que a resposta foi positiva, por 4 a 3.

Nesse diapasão, como pode o Conselho de Sentença reconhecer que a Apelada combinou com os demais acusados como se daria a morte da vítima sem condená-la?

Assim, observa-se que o Conselho de Sentença equivocou-se, revelando clara contradição entre as respostas dos quesitos, o que justificaria a intervenção do Presidente do Júri, conforme artigo 490 do Código de Processo Penal, o que não ocorreu in casu, acarretando em nulidade do julgamento.

[...]

Da análise dos autos (fls. 2.400), observa-se que os jurados responderam positivamente ao 3º quesito (A acusada MARIA DA CONCEIÇÃO DA SILVA ARAÚJO concorreu para a prática do crime, na medida em que combinou com os demais acusados como se daria a morte da vítima?), tendo absolvido a acusada, mediante a resposta positiva ao 4º quesito (O Jurado absolve o acusado?).

Vê-se que a resposta dos jurados ao quesito de número 4 foi contraditória, pois se a tese sustentada pela defesa foi exclusivamente de negativa de autoria, os jurados, ao reconhecerem que a acusada MARJA DA CONCEIÇÃO DA SILVA ARAÚJO concorreu para a prática do crime em questão, rejeitaram a referida tese, logo, não poderiam declará-la inocente no quesito posterior.

O art. 490, do CPP estabelece que:

Art. 490. Se a resposta a qualquer dos quesitos estiver em contradição com outra ou outras já dadas, o presidente, explicando aos jurados em que consiste a contradição, submeterá novamente à votação os quesitos a que se referirem tais respostas.

O art. 564, IV, do CPP, assim dispõe:

Art. 564. A nulidade ocorrerá nos seguintes casos: [...]

Parágrafo único. Ocorrerá ainda a nulidade, por deficiência dos quesitos ou das suas respostas, e contradição entre estas.

Como se vê, cabia à Juíza Presidente, ante a contradição nas respostas aos quesitos, explicar aos jurados a evidente contradição e submeter novamente os quesitos à votação. Não tendo assim procedido, permitiu, a juíza a quo, a ocorrência de contradição nas respostas dos quesitos, ocasionando, assim, a nulidade prevista no artigo 564, parágrafo único, do CPP.

[...]

Destarte, revela-se contraditória a resposta dos jurados de vez que o douto Conselho de Sentença reconheceu que a Ré Maria Conceição da Silva ao mesmo tempo que concorreu para a prática do delito também a absolveu.

Portanto, a meu entender, o d. Juíza de Direito Presidente da sessão do júri, nos termos do art. 490, do Código de Processo Penal, deveria explicitar aos jurados em que consistia a contradição, submetendo o quesito a nova votação, conferindo liberdade aos membros do conselho de sentença para o julgamento na conformidade do entendimento daqueles, eis que a única tese defensiva consistia na negativa de autoria.

[...]

Portanto, verificada a contradição nas respostas dos quesitos e nos termos do art. 564, parágrafo único, do Código de Processo Penal, imperativa a declaração de nulidade do julgamento do Tribunal do Júri, quanto à Ré Maria Conceição da Silva, nos termos do voto vencedor. [...] – grifei.

Neste apelo, entretanto, a defesa da ora recorrente deixou de atacar tais fundamentos especificamente, ou seja, não infirmou as alegações de que **a nulidade de sua absolvição se deu pela não observância aos arts. 490 e 564, IV, ambos do Código de Processo Penal, que determinam a intervenção do Presidente da Seção no caso de contradição na resposta de quesito, sob pena de nulidade.**

Mas, ainda que assim não fosse, não há como conhecer do reclamo nesse tópico.

É que a defesa da recorrente apontou violação a dispositivo constitucional – art. 5º, XXXVIII, "c" – para rechaçar a conclusão do Tribunal *a quo*, sem indicar, de forma clara, qual norma infraconstitucional teria sido violada no procedimento adotado pelo acórdão recorrido.

Todavia, em recurso especial, não se analisa a alegada afronta a dispositivos constitucionais, sob pena de usurpação da competência atribuída ao Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido:

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. ANÁLISE

DESCABIDA. PRONÚNCIA. EXCESSO DE LINGUAGEM. INEXISTÊNCIA. AFASTAMENTO DE QUALIFICADORA NÃO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE. NÃO CABIMENTO. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

2. Incabível, em recurso especial, a apreciação de violação ao princípio constitucional do devido processo legal, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal, não havendo o apontamento de nenhum dispositivo de lei federal tido por violado.

[...]

5. Agravo regimental improvido. (AgInt no AREsp 1327859/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 11/12/2018, DJe 17/12/2018)

PENAL. PROCESSUAL PENAL. EXECUÇÃO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DE DIREITOS AUTORAIS. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. VIA INADEQUADA. INCOMPETÊNCIA DO STJ. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO. PRINCÍPIO DA ADEQUAÇÃO SOCIAL E DA INSIGNIFICÂNCIA. NÃO APLICAÇÃO. SÚMULA 502/STJ. PLEITO DE DECLASSIFICAÇÃO DA CONDUTA DELITIVA (ART. 184, CAPUT, DO CP). REEXAME DE PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA.

I - Não se insere no rol da competência do Superior Tribunal de Justiça a análise de malferimento a dispositivos constitucionais, porquanto se trata de matéria afeta ao âmbito de cognição do Supremo Tribunal Federal (art. 102, inciso III, alíneas a, da Constituição da República).

[...]

Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 1772368/SC, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 04/12/2018, DJe 07/12/2018)

Ante o exposto, **conheço** do agravo para **não conhecer** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator